



Universidade Regional do Cariri (URCA)
Campus Maria Violeta Arraes de Alencar
Gervaseau, Crato/CE, Brasil
ISSN-

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES QUEER: O PROJETO BANANA-TERRA

Geovane Gesteira Sales Torres¹, Maria Laís dos Santos Leite²

RESUMO

As políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ ganham cada vez mais espaço nas agendas públicas, basta contemplar os direitos conquistados por tal grupo no Brasil. Todavia, nota-se que o conservadorismo presente atualmente no país põe em risco tais conquistas. O presente artigo versa analisar a experiência do Projeto Banana-Terra na região metropolitana do Cariri, em 2019, que toma os direitos sexuais e reprodutivos como tema de trabalho. Realizou-se uma pesquisa exploratória, tomando o artesanato intelectual como método de coleta e tratamento dos dados. Constatou-se a relevância local do projeto em voga para os processos de educação em direitos humanos de caráter emancipatório.

Palavras-Chave: Existências queer. Mobilização social. Cidadania.

HUMAN RIGHTS EDUCATION, PUBLIC POLICIES AND QUEER ISSUES: THE PROJECT BANANA-LAND

ABSTRACT

The public policies turned to the population LGBTQI gain more and more space in the public diaries, it is enough to contemplate the rights conquered by such a group in Brazil. However, it is noticed that the present conservatism at present in the country puts at risk such conquests. The present article is to analyse the experience of the Project Banana-land in the metropolitan region of the Cariri, in 2019, which takes the sexual and reproductive rights as subject of work. An inquiry happened exploratória, taking the intellectual craftwork as method of collection and treatment of the data. The local relevance of the project was noted in rowing for the education processes in character human rights emancipatory.

Keywords: Queer stocks. Social Mobilization. Citizenship.

¹ Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri, e-mail: geovanesalescrato@gmail.com, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e-mail: marialaispsi@gmail.com, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.



Universidade Regional do Cariri (URCA)
Campus Maria Violeta Arraes de Alencar
Gervaseau, Crato/CE, Brasil
ISSN-

INTRODUÇÃO

As discussões relativas aos direitos e políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ ganham cada vez mais espaço nas agendas formais de governo e pautas sociais. Não obstante, reconhece-se que, sobretudo a partir do século XX, variadas foram as conquistas políticas dos movimentos e organizações atuantes em prol dos direitos de sujeitos cujas identidades de gênero e orientação sexual destoam das entendidas como hegemônicas (SARAIVA, 2017).

É mister ressaltar que tais percursos marcam a gênese da chamada **cidadania LGBT** que, conforme Saraiva (2017), consiste na positivação de garantias fundamentais a tal população, logo, assumindo um caráter benfazejo, em contraposição às tendências públicas, tecidas especialmente a partir da Idade Média, de perseguição e marginalização de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, dentre outras identidades de gênero e orientações sexuais.

Em esfera brasileira, as organizações políticas LGBTQI+ alcançaram sua consolidação apenas na segunda metade do século XX. No país supracitado, as organizações e movimentos LGBTQI+ galgaram relevantes benesses, materializadas em políticas públicas estatais, dentre as quais ganham destaque a retirada da homossexualidade da categoria de patologias mentais pela Associação Brasileira de Psiquiatria em 1984, a união civil de casais homoafetivos em 2011 e a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs no ano de 2013 (ZEGGER, 2016).

Todavia, nota-se que o conservadorismo macropolítico presente atualmente no Brasil põe em risco tais marcos legais socialmente conquistados. Algo que exige repertórios de ação, por parte de grupos não beneficiados com as medidas públicas interpostas, capazes de pressionar, dialogar e denunciar internacionalmente as más condutas governamentais por parte da União e/ou demais entes federativos. Algo confluyente as estratégias, previstas por Wu *et al.* (2014), das organizações sociais na busca por influenciar nos fluxos das políticas públicas, em especial na fase de formação das agendas formais de governo.

Nesse direcionamento, encontra-se o Projeto Banana-Terra. O mesmo consiste em uma parceria interorganizacional entre a Anistia Internacional Brasil e Greenpeace Brasil, apresentando como principal intuito o fortalecimento das ações de defesa dos direitos humanos e ambientais em territórios brasileiros historicamente marcados por disputas em torno de recursos naturais. Sua atual configuração congrega três redes de multiplicadores distribuídas entre as regiões norte, Nordeste e centro-oeste. No Cariri cearense, tal projeto se desenvolve seguindo o eixo territorial pertinente às comunidades urbanas periféricas e adotando, como tema transversal, os direitos sexuais e reprodutivos. Acresce-se o intuito de, regionalmente, abordar discussões tocantes aos direitos e políticas públicas LGBTQI+ em parcerias com organizações e instituições de atuação local.

Nesse íterim, o presente trabalho objetiva analisar as ações desenvolvidas pelo Projeto Banana-Terra, rede Nordeste, no Cariri cearense em 2019 com grupos LGBTQI+, discutindo os resultados qualitativos das mesmas com apontamentos políticos e epistêmicos. Para tanto, adotou-se uma metodologia exploratória, materializada em uma pesquisa-ação possibilitada pela experiência dos autores no desenvolvimento do ora mencionado projeto.



Universidade Regional do Cariri (URCA)
Campus Maria Violeta Arraes de Alencar
Gervaseau, Crato/CE, Brasil
ISSN-

METODOLOGIA

O presente trabalho adota como objeto de análise as ações do Projeto Banana-terra, rede Nordeste, desenvolvidas na região metropolitana do Cariri no ano de 2019. Acresce-se que a presente investigação se configura enquanto uma pesquisa de caráter exploratório, logo, busca ampliar o nível de conhecimento sobre o fenômeno estudado, haja vista que, frequentemente, não se dispõem de vastos conhecimentos sobre dados objetos para que hipóteses sejam tecidas sobre os mesmos. (GIL, 2008).

Incorporou-se para a sistematização das informações e experiências a prática denominada “artesanato intelectual”, que tal como expressa Mills (1982), consiste em um complexo de elementos norteadores das investigações epistemológicas, sobretudo in loco, de caráter social. Como instrumento magno de registro de observações, recomenda-se a escrita de um diário de bordo, que deve ser cotidianamente produzido pelo pesquisador. Em suma, para a construção do artigo em questão, utilizaram-se, como fontes, das anotações registradas em diários de bordo, além de notícias publicadas pelos multiplicadores do projeto na plataforma virtual *Greenwire* – rede social de incidência internacional do Greenpeace –.

O tratamento dos dados seguiu um direcionamento qualitativo, sendo assim, direcionou a interpretação das informações por um viés subjetivo, o que proporcionou a interlocução dos resultados da pesquisa com pensamentos e teorias epistemológicas *queer* e de orientação crítica. Algo relevante para o cumprimento exitoso da função política delineada nos objetivos angulares do relato de experiência em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizou-se no dia 02 de fevereiro de 2019, a primeira oficina colaborativa local do Projeto Banana-Terra no Cariri cearense, trazendo como tema: “Participação Social e Defesa dos Direitos Humanos e Ambientais no Cariri Cearense: Dilemas, perspectivas e alternativas”. O momento foi composto por debates relativos aos direitos fundamentais de populações como a LGBTQI+, além de socializações, místicas, dinâmicas e avaliações objetivas do evento. A presente atividade recebeu a colaboração de ativistas políticos, professores universitários e da educação básica, contando, ainda, com a participação de estudantes da educação básica e ensino superior de distintos municípios da região metropolitana do Cariri.

Concebe-se que a atividade descrita acima coaduna ao que Wu *et al* (2014) interpõe como repertórios de ação na busca por influenciar na formulação das agendas públicas – percepções coletivas de problemas públicos –. Além de figurar como um relevante artefato de resistência aos padrões comportamentais/relações de poder marcadas intensamente pelos dispositivos da sexualidade, estes, por sua vez, orientados por lógicas heteronormativas e binárias (FOUCAULT, 2017), consistindo, ainda, como levantes às sujeições de poder, haja vista o complexo processo psicológico atuante não apenas na incidência externa do poder aos comportamentos dos indivíduos, mas, também na formação dos sujeitos (BUTLER, 2018).

Já no dia 13 de março de 2019, ocorreu o minicurso intitulado “Educação Popular e Diversidade Sexual e de Gênero: problemas públicos, participação popular e controle social”. O referido momento ocorreu na Escola de Ensino Fundamental e Médio Juvêncio Barreto,



Universidade Regional do Cariri (URCA)
Campus Maria Violeta Arraes de Alencar
Gervaseau, Crato/CE, Brasil
ISSN-

localizada no bairro Gisélia Pinheiro em Crato-CE, contando com a participação de jovens da localidade e estudantes do ensino fundamental e médio da referida instituição de ensino. O momento contou com a realização de reflexões coletivas, dinâmicas e discussões relativas à diversidade sexual e gênero na esfera escolar, bem como na comunidade. Buscou-se valorizar as experiências subjetivas dos participantes para, então, desenvolver as abordagens previamente planejadas.

Tratando-se da ação relatada anteriormente, destaca-se a importância da educação para o fomento do respeito à diversidade sexual e de gênero. Pressuposto condizente à noção de educação como prática de liberdade individual e coletiva defendida pelo educador Paulo Freire (2011) ao enxergar que os sujeitos se constituem como tal por meio do seu trabalho, comunicação e ação-reflexão. Conquanto, vislumbra-se que as políticas públicas governamentais no campo da educação vêm se ocupando paulatinamente de posturas conservadoras/preconceituosas que terminam por tolher discussões como as desempenhadas na atividade ora comentada do projeto. Logo, deve-se considerar que as identidades de gêneros e sexualidades são formas de saber-poder, então, encontram-se em disputas acentuadas, o que exige a resistência como mecanismo angular de luta contra padrões comportamentais e, conseqüentemente, maior liberdade subjetiva (FOUCAULT, 1995).

Em 30 de março de 2019 ocorreu no terreiro de umbanda “Pai Ogum”, no bairro Gisélia Pinheiro, em Crato/CE, a roda de conversa intitulada “Direito à saúde no Brasil: políticas públicas setoriais para a população LGBTQI+, negra e de terreiro”. O momento contou com a presença de sujeitos homossexuais, heterossexuais, “trans” (transexuais e travestis), umbandistas, católicos, agnósticos, moradores da comunidade em questão e de outras localidades do município. Na ocasião se debateram assuntos relativos aos direitos humanos, em que se insere a saúde, além de, horizontalmente, trocarem-se depoimentos de experiências benfazejas e contraditórias no território em questão no que diz respeito à área em voga. Além do exposto, apresentaram-se os objetivos e direitos resguardados pelo Sistema Único de Saúde, especialmente mediante a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

A última ação aqui elencada oportuniza reflexões a respeito da demanda por maior conhecimento e, conseqüentemente, controle social às políticas públicas setoriais por parte dos destinatários das mesmas. No campo da saúde variadas são as problemáticas identificadas por percursos científicos empíricos, nos serviços públicos à população LGBTQI+, tais como percalços ao uso do nome social, terapias hormonais, abordagens respeitadas, etc. (LIONÇO, 2009). Sendo assim, fazem-se necessárias iniciativas como as do Projeto Banana-Terra, pois, o conhecimento, articulação política e intervenção nos fluxos das políticas públicas são fundamentais para o bom cumprimento dos direitos e manutenção do sistema democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as atividades impressas pelo Projeto Banana-Terra no Cariri cearense, em 2019, refletem relevantes demandas sociais que, perante a atual conjuntura política brasileira, fazem-se necessárias para que os problemas públicos que acometem grupos historicamente vilipendiados possam estar pautados nas agendas formais dos governos. Todavia, ao



Universidade Regional do Cariri (URCA)
Campus Maria Violeta Arraes de Alencar
Gervaseau, Crato/CE, Brasil
ISSN-

contemplar as estratificadas e rígidas estruturas de poder, aponta-se que tal missão se encontra permeada por inúmeros percalços, a considerar que, historicamente, os clamores de grupos “moralmente subversivos”, como a população LGBTQI+, são levados ao limbo das preocupações públicas.

Entendem-se as ações do projeto em análise como salutareis reflexos de resistência às sujeições das relações de poder marcadas por dispositivos centrífugos geradores de assimetrias sociais. Algo que, especificamente relacionado à realidade da população LGBTQI+, fortalece o sentido político da cidadania LGBT.

Enfim, o projeto observado desempenhou um plausível trabalho de reflexão/educação em direitos humanos para o fomento às ações políticas coletivas em prol da defesa dos direitos fundamentais da população LGBTQI+. Algo crucial à criação e bom êxito de políticas públicas positivas para o grupo em questão, pois, apenas por meio de lutas políticas se é possível gerar pressão/influência nas decisões públicas.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 43-63, 2009.
- MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Sexta Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.
- WU, Xun *et al.* **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos. Trad. Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.
- ZEGER, Ivone. **Direito LGBTI**: Perguntas e respostas. São Paulo: Mescla Editorial, 2016.